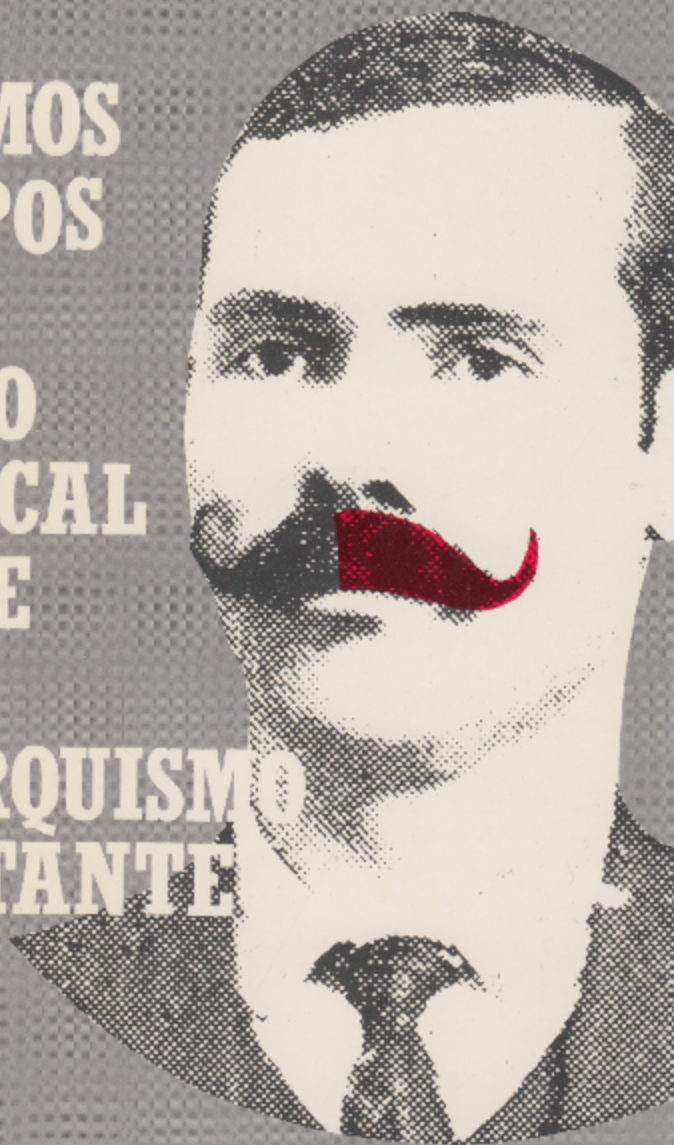


MANUEL JOAQUIM DE SOUSA

**ÚLTIMOS
TEMPOS
DE
ACÇÃO
SINDICAL
LIVRE
E DO
ANARQUISMO
MILITANTE**



ANTÍGONA

Shi

declarações de «neutralidade» de gente que logo a seguir bombardeia a cidade, às ordens do Ministro da Guerra, e forçam a rendição sem condições.

Em Lisboa, só a 7 a revolução tem início, como que a custo, já quando no Porto está virtualmente vencida. Confinam-se na Praça do Brasil e imediações, e mantêm-se 3 dias, devido aos esforços heróicos dos elementos populares. No resto da cidade, tomada por tropas e polícia, paira um sombrio terror, depois de varridas as ruas e praças públicas a fogo de metralhadoras.

A ditadura, que venceu sem custo no 28 de Maio, tinha agora o seu baptismo de sangue. Consolida-se e prossegue triunfal, auxiliada pelo poder oculto que se apoia em Roma (Salazar e o cardeal Cerejeira).

Institui-se, como virtude moral essencial do «Estado Novo», a espionagem e a delação. E já não há tentativa revolucionária que vingue. Quando não surge o delator «espontâneo», introduz-se nos meios conspiratórios o espião mercenário, o agente provocador.

A acção repressiva é, essencialmente, contra o proletariado. É próprio do fascismo. Contudo, como os elementos partidários que na tropa contam são os homens activos dos antigos partidos da República, e como estes, por isso mesmo, mais facilmente podiam preparar uma revolução política imediata, serão à partida os preferencialmente perseguidos. Aniquiladas as possibilidades destes, são depois aniquiladas as possibilidades dos elementos trabalhadores...

Tal foi a tática, paciente mas tenaz e segura, seguida desde então através dos anos de vigência ditatorial. A divisa adoptada foi sempre a do jornal *O Século*, desde o início, de corpo e alma integrado na odiosa ditadura — «perdoar não!»

Dias antes da revolução de Fevereiro, a sede da CGT foi assaltada e presos foram não só aqueles que lá se encontravam, mas também todo o pessoal da redacção, administração e tipografia de *A Batalha* — gente que só foi libertada em 7 de Fevereiro, durante o início da revolta.

Como consequência da sua actuação nesta emergência revolucionária, verdadeiramente à altura das circunstâncias,

A Batalha foi suspensa por ordem das autoridades. Voltando a publicar-se de novo, é, como diário, definitivamente interdito, logo em Maio, por ordem do governo.

São encerrados os sindicatos dos marítimos, iniciando-se, assim, a perseguição colectiva. A CGT foi dissolvida, oficialmente, e encerrada a sua sede, assim como a CST de Lisboa, o Sindicato da Construção Civil e outros organismos sindicais ali domiciliados.

No Porto, logo em Março de 1927, foram presos vários militantes na sede da CST e são arrolados todos os seus haveres, bem como os da Juventude Sindicalista. Poucos dias depois é dissolvida uma reunião do Conselho daquele organismo, que se realizava na dependência do Centro Comunista Libertário. E quando, um pouco mais tarde, se efectuava uma sessão solene promovida pela Juventude Sindicalista dos Manipuladores de Pão, a sua sede é assaltada pela polícia, sendo presa toda a assistência, na sua maioria composta por senhoras, não escapando mesmo o grupo musical composto por cegos. Pouco mais de um mês depois do assalto à CST do Porto, a polícia vendia em leilões todos os haveres pertencentes àquele organismo.

Apesar de «dissolvida» e encerrada a sua sede, a CGT manteve-se. O Comité Confederal, assim como o respectivo Conselho, reuniam-se clandestinamente, aqui ou ali, sempre que era preciso. Publicou-se, em vez de *A Batalha*, um Boletim Informativo da CGT, que se manteve alguns meses com intermitências impostas pelas circunstâncias. Os seus haveres, como a sua sede, continuavam incólumes.

Mas dá-se o atentado ao director da Imprensa Nacional, Luís Derouet, ao qual a CGT foi absolutamente estranha. Esse acto impressionou a opinião pública, que no mesmo não viu qualquer justificação objectiva de carácter social, moral ou político, e a polícia aproveita esse estado de espírito para assaltar a sede da CGT (instalação de *A Batalha*, CST, Construção Civil, etc.), na madrugada de 2 de Novembro de 1927.

Todo o recheio foi retirado ou destruído, numa fúria doída e vandálica. Jamais se viu sanha tão destruidora! Não escaparam a Editorial de *A Batalha*, a sua tipografia, a Escola e o Teatro da Construção Civil. Desapareceram até a canalização da água e as instalações eléctricas e até os inofensivos vidros das janelas foram estilhaçados!

Com esta selvajaria, a CGT é de novo «legalmente» dis-

solvida. Escrevemos «legalmente», entre aspas, porque a CGT representa uma conquista operária, não reconhecida por qualquer lei, mas imposta pela força da união dos trabalhadores que, como as federações, partia dos sindicatos e só estes eram reconhecidos pela lei de 9 de Maio de 1891. Aquela dissolução não foi acatada senão em público e transitóriamente. A sua sede, sim, essa sofreu, pois a polícia sublocou as suas dependências a famílias de agentes policiais, embora a CGT continuasse a pagar a respectiva renda durante alguns anos. O Comité e o Conselho continuaram a reunir onde e como era possível. Mas a verdade é que a vida confederal sofreu um rude golpe.

Em princípios de 1928, o escritor Rocha Martins interveio junto do governo e conseguiu deste a publicação de uma portaria pela qual os sindicatos seriam reabertos. Simplesmente, a polícia, com mais força que o próprio governo, não lhe deu execução. Pelo contrário, quase todo o Comité Confederal foi encarcerado.

Neste momento eram vastos os trabalhos conspiratórios e as apreensões de bombas e outro armamento bélico eram feitas, desde Trás-os-Montes ao Algarve, onde morreram numa explosão de dinamite os militantes Américo Vilar e Calhabotas.

A estes preparativos revolucionários era estranha a CGT. Mas custou muito àquele escritor convencer disso o governo e conseguir evitar a deportação para Timor dos elementos da CGT encarcerados, havia já 3 meses e meio sob a acusação, não comprovada, de participantes activos naqueles movimentos.

A repressão, dia a dia mais acintosa, as prisões permanentes e repetidas e as constantes deportações dificultaram toda a acção revolucionária durante meses. Em 1929 é preso o jovem sindicalista Germinal de Sousa, sob uma falsa acusação, e a polícia exerce sobre ele os piores tratamentos, verdadeiramente inquisitoriais, para o obrigar a confessar o que ele desconhecia. É ainda Rocha Martins que intervém para que o libertem, como já antes havia evitado a sua deportação para Angola, em 1927 (1).

Conhecedor, depois, das torturas a que aquele jovem, e muitos outros, foram submetidos, protestou indignado junto